

HABEAS CORPUS Nº 502.451 - SP (2019/0095040-5)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : ANTONIO DONATO
ADVOGADO : ANTÔNIO DONATO - SP045278
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALESSANDRA MARIANA DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de ALESSANDRA MARIANA DA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento da Apelação Criminal n. 0000009-76.2017.8.26.0612.

Infere-se dos autos que a paciente foi condenada pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 (tráfico de entorpecentes), às penas de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e absolvida do delito do art. 35 da referida lei. A custódia cautelar da paciente foi convertida em prisão domiciliar em cumprimento à decisão proferida no HC n. 394.034/SP, de minha relatoria.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, pleiteando a nulidade do feito por violação domiciliar, a absolvição da paciente e, ainda, subsidiariamente, a redução da pena-base ao mínimo legal, o reconhecimento de *bis in idem*, a concessão de causa de diminuição da pena, a fixação de regime aberto e a manutenção da prisão domiciliar. O Tribunal de Justiça desproveu o recurso, mantendo a sentença em sua totalidade (fls. 35/50).

A defesa opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados (fls. 58/60), tendo o Tribunal estadual ressaltado que "*em se tratando de prisão por condenação, a matéria deverá ser analisada em sede de execução penal, após o efetivo cumprimento do mandado de prisão, onde a embargante poderá peticionar nesse sentido, juntando a necessária documentação comprobatória, não incorrendo o v. acórdão, portanto, em omissão alguma*" (fls. 58/60).

No presente *habeas corpus*, sustenta o impetrante que não se pode determinar o cumprimento da pena imposta à paciente antes do trânsito em julgado da sentença condenatória. Informa que interpôs recursos especial e extraordinário perante à Corte originária.

Superior Tribunal de Justiça

Alega que o Tribunal estadual, no julgamento da apelação, ao determinar a expedição de mandado de prisão em desfavor da paciente, após o exaurimento das vias recursais ordinárias, incidiu em indevida *reformatio in pejus*, considerando que o recurso seria unicamente da defesa.

Requer, em liminar e no mérito, que se mantenha a prisão albergue domiciliar deferida à paciente até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, tendo em vista que seria indispensável para o tratamento de saúde de sua filha menor de idade.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 137/139). As informações foram prestadas pelas instâncias ordinárias (fls. 143/216 e 218/264).

O Supremo Tribunal Federal expediu ofício comunicando o indeferimento do pedido de liminar no HC n. 169.961/SP (fls. 267/278).

O Ministério Público Federal opinou "*pela concessão ordem de habeas corpus, para que a paciente possa responder ao processo em prisão domiciliar enquanto persistir os fundamentos que motivaram a medida, até que sobrevenha o trânsito em julgado da condenação*" (fls. 285/289).

É o relatório. Decido.

O presente *writ* está prejudicado.

Com efeito, das informações obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem, verificou-se que em 11/11/2019, o Juízo das Execuções deferiu a progressão ao regime aberto, na modalidade prisão domiciliar, à paciente, nos autos da Execução Provisória n. 0005391-39.2019.8.26.0496 (Ação Penal n. 0000009-76.2017.8.26.0612).

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator